

Michelet e Marx na Fronteira do Século XIX

Matheus Fellipe Rodrigues Braga*

O século XIX, na Europa, é marcado por grandes transformações culturais, econômicas e políticas. Denominado por Hobsbawm como “A era do capital”, foi o período em que a industrialização avançou por toda a Europa e teve como resultado a consolidação do capitalismo. Dois intelectuais, Jules Michelet (1798-1874) e Karl Marx (1818-1883), viveram ambos no contexto europeu do século XIX e produziram algumas análises sobre algumas transformações sociais e econômicas desse período. Marx, de modo mais sistemático, produziu uma teoria e um método para compreensão e análise do modo de produção capitalista. Michelet, de forma menos contundente, se interessou em discutir questões menos profundas do capitalismo.

O que nos interessa, portanto, é analisar esses dois autores a partir de um lugar de fronteira. E por fronteira entendemos não apenas contexto em que ambos viveram e puderam elaborar um determinado pensamento filosófico, suas condições históricas e sociais, mas também a relação entre os discursos e o saber de uma época. Desse modo, não apenas as distinções e o choque entre esses dois autores, mas sim as condições de possibilidade que fizeram emergir formas de pensar a vida e o trabalho no século XIX. Se Marx e Michelet analisam em suas obras a vida operária, as relações nas fábricas e o surgimento do “povo” na história, isso foi possível porque o pensamento se abriu a uma nova possibilidade que, até então, não podia ver o trabalho por trás da ideologia ou dos discursos que o camuflavam, alienavam. Marx rompe essa fronteira com o materialismo histórico-dialético e avança na concepção de história no século XIX, afastando-se, com isso, do pensamento clássico da época e das reflexões de Michelet sobre o “progresso” e “harmonia” da história. Longe de significar uma ruptura total, essa descontinuidade revela que o acontecimento está ligado a uma fronteira.

Michelet e o Paradigma da Pátria

Jules Michelet nasceu na cidade de Paris, em 1798, e morreu em 1874, após uma trajetória intelectual bastante produtiva e de grande repercussão na Europa. Filho de Jean-

* Graduado em história pela Universidade Estadual de Goiás. Mestrando em história pela Universidade Federal de Goiás. Email: matheusfellipe0021t@gmail.com.

François Furcy-Michelet (1770-1846), um republicano convicto, dedicou sua vida aos estudos em História, em especial aos temas da história moderna e da França. Publicou diversas obras ao longo de sua vida, como *Histoire de la Révolution Française* (1847-1853) e *Histoire de France* (1833-1867), duas grandes obras em que Michelet expõe, ao mesmo tempo em que uma visão apaixonada dos acontecimentos, também a sua concepção de história. Além dessas obras, Michelet também publicou diversos ensaios sobre temas diversos, como *Le Peuple* (1846), *L'Amour* (1858), *La Femme* (1859) e *La Sorcière* (1862).

Após 1830, já professor de História, Michelet alcança um novo posto durante a monarquia de Luís Filipe de Órleans: obteve um cargo na seção de História do Arquivo Nacional e uma nova ocupação como professor na Sorbonne. Para Lilia Moritz Schwarcz (2010, p. 92), a experiência com os arquivos será fundamental para o filósofo, sempre interessado nos documentos, e permitirá a ele o contato com informações valiosas para o seu trabalho sobre a França. Desse modo, a estabilidade do novo cargo e a disponibilidade dos documentos proporcionarão a Michelet as condições necessárias para que ele desse início a um dos projetos mais ambiciosos de sua vida, escrever a *Histoire de France*. Um trabalho de mais de 30 anos em que Michelet busca recuperar o desenvolvimento e o destino da França, dividindo a obra em diversos livros e períodos, desde a época medieval até o século XIX.

Na obra “O povo”, de 1846, Michelet chama a atenção para esse grupo da sociedade que, segundo ele, é alvo de distorções por parte dos intelectuais e artistas. Essas distorções, segundo o autor, passam a identificar esse grupo como seres violentos, rudes, maltrapilhos, que não sabem falar, estão sempre sujos e nada possuem de valor ou contribuição à sociedade. Sobre esse aspecto, Michelet problematiza:

Desse mal-entendido resultou algo desagradável: eles produziram um efeito contrário ao que pretendiam. Escolheram, pintaram e narraram, para despertar nosso interesse pelo povo, justamente aquilo que devia nos afastar e assustar. ‘Como? O povo é assim?’, gritaram em uníssono os pusilânimes burgueses. ‘Rápido, aumentemos a polícia, armemo-nos, fechemos as portas, passemos o ferrolho!’ (MICHELET, 1988, p. 115-6).

Essa passagem é bastante interessante, pois ao mesmo tempo em que demonstra uma crítica às interpretações da sua época sobre o Povo — e por Povo podemos entender, assim como o próprio autor dá a entender, como trabalhadores, camponeses, artesãos —, apresenta também um novo interesse por esse grupo social. Tendo-se em vista o contexto

social e histórico de Michelet, a concepção que o filósofo confronta às interpretações de seus contemporâneos é inovadora em alguns sentidos. E o que nos interessa aqui, mais especificamente, é entender como ele articula as suas discussões em torno desse grupo com a sua própria concepção de História. E é no rastro dessa questão que pretendemos utilizar o pensamento de Michelet.

Ainda sobre as críticas de Michelet aos contemporâneos, ele mesmo afirma estar sozinho nessa difícil investigação e que continua a pesquisa cheio de coragem e esperança (1988, p. 115). Não apenas solitário e corajoso, mas Michelet também se entende como porta-voz do Povo, não só porque atribui a esse grupo uma positividade, mas porque ele próprio pertence a ele. Entende-se assim por que, de acordo com suas palavras, “[...] saí dele, eu que vivi com ele, que trabalhei e sofri com ele, que mais que ninguém adquiri o direito de dizer que o conheço, venho opor a todos a personalidade do povo” (*Ibidem*, p. 8). Michelet, portanto, não fala apenas de algo que desconhece, ou seja, das classes populares, da vida do trabalho, do sofrimento do trabalhador. Fala porque um dia já esteve, segundo o filósofo, na condição de povo e viveu todas as suas problemáticas.

A obra não se restringe apenas a falar sobre o Povo de maneira abstrata, como se houvesse algum tipo de essência a descobrir nesse grupo. Se em algumas passagens o autor caracteriza o Povo como o homem de instinto e ação¹, e, portanto, a reflexão não faria parte deste grupo, em outros momentos do texto Michelet analisa a temática de maneira histórica e não apenas filosófica. Isto é, as condições históricas e sociais também interessam a Michelet na medida em que o Povo existe historicamente. Ao abordar os problemas políticos e econômicos, o historiador estava preocupado com as transformações causadas pela passagem da agricultura à industrialização, ou maquinismo, como o autor irá chamar o processo de mecanização das relações de produção. E discute isso de uma certa perspectiva crítica, como vemos nesta passagem:

Essas rodas animadas, que funcionam sob um mesmo impulso, ao menos se conhecem umas às outras? A relação necessária de cooperação produz uma relação moral? De forma alguma. Estranho mistério de nossa época: o tempo onde se atua mais em conjunto é talvez aquele em que os corações estão menos unidos. Os meios coletivos que expõem o pensamento, fazem-no circular, espalhar-se, nunca foram tão consideráveis, jamais o isolamento foi mais profundo (*Ibidem*, p.106).

¹ CF. p. 111.

Aqui percebemos um ponto interessante na reflexão de Michelet, pois ele é capaz de perceber o elemento bruto das fábricas em um momento em que a industrialização se desenvolvia rapidamente na Europa. O isolamento, a pobreza das relações sociais e a opressão das fábricas são marcas que aparecem ao olhar de Michelet. Esses aspectos, ao que nos parece, não ganham visibilidade a Michelet pelo que têm de cruel, violência e opressão, mas sob uma forma moral. O trabalho e a vida nas fábricas não inquietam porque elas são, em essência, desiguais, mas porque não contribuem à moral do povo. Nesse sentido, até onde vai a sua reflexão crítica da realidade? Ou, como podemos reformular, em que medida essa tomada de consciência por parte de Michelet o ajuda a pensar em alternativas para a sociedade? Podemos dizer, no esforço tentar responder essa pergunta, que não vai muito longe. E isso por um simples motivo. Michelet não está preocupado em pensar alternativas, em desnudar as relações sociais e mostrar que o capitalismo é cruel e precisa ser destruído. Sua preocupação fundamentalmente diz respeito a mostrar uma nova imagem do trabalhador. Que além das fábricas e da opressão há algo a ser explorado, uma identidade a ser reconstruída e trabalhada. E assim o “povo” parece surgir, pela primeira vez, como um problema histórico.

Mais adiante, existe um trecho em que o autor afirma que “minha luz antes de tudo [...] é a França. O sentimento francês, o devotamento do cidadão à pátria, é minha medida para julgar esses homens e essas classes. [...] a parte vale sobretudo por sua relação com o todo” (*Ibidem*, p. 103). Ora, aqui começamos a perceber uma interpretação apaixonada dos fatos ao ter como parâmetro de sua reflexão a própria França. E talvez a informação mais interessante nesta passagem diz respeito à relação do todo e parte realizada pelo autor. Sendo a parte, neste caso, interpretada como o Povo e o todo, seguindo o raciocínio de Michelet, a França, a pátria, o Estado, então o povo estaria em relação de completude com a pátria. O Estado precisa do Povo assim como o Povo precisa do Estado, é o que a passagem nos sugere.

No prefácio de 1869 à “História da França”, Michelet diz ter sido o primeiro a ver a França “como alma e uma pessoa” e utiliza termos como “harmonia superior” (MICHELET, 1869) para se referir ao conjunto da história da França. Aos poucos vemos se revelar uma concepção de história em que o tempo é entendido a partir de uma lógica linear do progresso, no qual a França e a pátria seriam a grande realização dessa marcha. Portanto, Michelet se aproxima de outras interpretações do seu tempo, como a do próprio Hegel, que

pensa a história como um progresso. Nesse aspecto não há nada de novo em Michelet, apenas a velha filosofia da história e a defesa do Estado.

Se para Michelet a história é o desenvolvimento e a realização da própria França, qual o papel que o Povo tem a desempenhar nesse processo? Segundo Hervé Martin, “seu herói por excelência é o Povo, termo mágico por meio do qual as contradições se resolvem e as oposições se desfazem, sejam elas de idades, de sexos ou de classes” (2021, p. 155). Desse modo, podemos entender o Povo, para Michelet, como o grupo responsável por manter a harmonia social, no qual as contradições e os antagonismos não aparecem entre uma classe e outra. A própria definição de classe não aparece de maneira clara nos seus escritos. Ele parece estar mais preocupado em entendê-las uma relação com a outra, a parte e o todo, de modo que o princípio que as define é a harmonia e não os antagonismos, as contradições, como a passagem acima deixa muito claro para nós.

A essa altura do texto, percebemos que a obra em questão, O Povo, aparece para nós a partir de dois eixos: 1) a crítica, por parte de Michelet, a um sistema de interpretações que atribuíam ao Povo uma identidade pejorativa, rude e superficial; 2) sua obra revela, na medida em que avançamos a análise, em um projeto de tomar o Povo como um grupo participativo da história, na vanguarda de um movimento de realização do próprio tempo. E essa realização, como estamos vendo, converge ao próprio desenvolvimento da França enquanto nação. Por isso, para o filósofo, a história se orienta a partir do paradigma da pátria, em que o Povo participa apenas enquanto parte de um todo, como homens de ação e instinto que agem para atingir determinada finalidade. Não é em vão que o autor nutre uma grande admiração pela Revolução Francesa, a qual apelida de “grande profeta” (MICHELET, 1989, p. 27), momento realizador da história da França e do mundo.

Ainda sobre a obra de Michelet, cabe uma última consideração antes de prosseguirmos com a reflexão. O seu livro, como já mencionamos, é relevante porque atribui ao Povo um lugar na história. Não mais as grandes narrativas que interessam, os reis e rainhas, mas o próprio Povo. Essa com certeza é a principal contribuição do filósofo para a história. No entanto, o seu pensamento encontra dificuldades que ele mesmo procurou atacar em seus contemporâneos: a de atribuir a esse grupo um lugar. E percebemos isso nesta passagem, em que o autor evoca os momentos em que “foi até as massas” e a interrogou a respeito de suas reflexões:

Mas fui até as massas, interroguei o povo, jovens e velhos, pequenos e grandes. A todos ouvi testemunharem pela pátria. Essa é a fibra viva que neles morre por último. Encontrei-a nos mortos... Estive nos cemitérios chamados prisões, galés, e lá abri homens; pois bem, nesses homens mortos, de peito vazio, adivinhei o que encontrei... ainda a França, última centelha pela qual talvez se pudesse fazê-los reviver (MICHELET, 1988, p. 200).

E que pessoas são essas, jovens e velhos, pequenos e grandes, mas que não aparecem na sua narrativa? Michelet parece citar o Povo apenas para reforçar a sua própria ideia. O Povo testemunha em nome da pátria, diz, mas mantém essas testemunhas camufladas em sua própria obra. O que disseram sobre a pátria, a história, o trabalho? Não há como saber, pois para Michelet essas narrativas não importam, contanto que confirmem a sua hipótese de progresso da história e desenvolvimento do Estado. Pouco dados à reflexão, diz o filósofo, os homens de ação são ricos de instinto (*Ibidem*, p. 133). O Povo o interessa na medida em que confirma seu próprio pensamento, na medida em que contribui para a pátria e o “progresso” da história.

Ora, para Michelet a reflexão não faz parte do repertório da massa. Homens de ação e instinto, apenas. Pensar criticamente, refletir sobre a sua própria condição, escrever textos críticos, poesia libertadora, arte etc., não cabe ao homem comum. E não só porque está a maior parte do tempo enfurnado em uma fábrica sob uma extensa jornada de trabalho, mas porque a própria atividade poética não é uma atividade do Povo. Há uma distribuição social, portanto, entre aqueles que produzem e sustentam a vida material e aqueles que raciocinam, criam, escrevem, filosofam. Michelet não só cria uma identidade para o Povo, mas também uma divisão de ofícios entre a massa e a elite, sendo os primeiros responsáveis pelo trabalho duro, a vida nas fábricas, e os intelectuais como a parte da sociedade legitimada a exercer a vida poética, artística e filosófica.

Para concluir a análise da sua obra, como um bom católico e republicano, Michelet também apresenta uma tese sobre a educação, pois afirma que a criança precisa crer, e que “criar uma criança raciocinante, polemista, crítica, é coisa insensata” (*Ibidem*, p. 219). E podemos perceber, mais uma vez, e embora vejamos algumas contribuições em seu pensamento, que Michelet se apoia em interpretações da sua época e em seus próprios valores pessoais. A história de Michelet não é só a história da França, mas a história do seu próprio amor e devotamento à pátria, a quem o filósofo irá manter uma admiração até o final da sua vida.

A inovação de um método em Marx

Avançando o propósito deste artigo, analisaremos agora o pensamento de Karl Marx (1818-1883), pensador alemão do século XIX, para demonstrar não apenas uma maneira de pensar diferente, uma inovação, mas uma fronteira entre o pensamento de Michelet e Marx. E fronteira significa, para nós, que esses dois autores, ao mesmo tempo em que se aproximam, tanto pelo contexto quanto pelo objeto de reflexão, se afastam radicalmente no campo das ideias. Embora contemporâneos um do outro, os dois apresentam concepções diferentes sobre a sociedade e a própria história. Não se trata, portanto, de dizer que um é conservador e o outro é visionário, mas entender as condições em que o pensamento de ambos se desenvolveu e aperfeiçoou os saberes sobre a história, o trabalho e a sociedade.

Marx nasceu em 1818, na Alemanha, e sua produção intelectual deixou um legado muito importante para a história, a economia e a sociologia. Escreveu obras como *O manifesto comunista* (1848), *A ideologia alemã* (1846), *A sagrada família* (1845) entre outras. Suas análises sobre a sociedade se mostraram relevantes para uma compreensão crítica da realidade, vista sob uma nova configuração das relações. Contra aquilo que Marx chama de “velharia hegeliana” (2017, p. 234), ou seja, tudo o que se baseia nas ideias como a instância primordial do conhecimento, seus estudos se concentraram em investigar o real pelo concreto. O real, para o autor, se torna uma condição prévia e efetiva do seu método. Essa foi a principal contribuição de Marx para a História, pois introduz o concreto no estudo da realidade.

Em Marx, portanto, a produção ocupa um espaço privilegiado para entender as relações sociais. Não o mero fato de produzir, mas as relações sociais por trás de determinada produção. Marx também percebeu que os homens, em sua produtividade material, produzem ideias, abstrações. Para o autor, portanto, as ideias não são eternas, imutáveis, assim como o processo histórico também não é, mas a história é a história da luta de classes (1981, p. 19). E é no que toca essa consideração que persiste a contribuição de Marx para a História. Diferente de Michelet, que entendia a sociedade como uma “harmonia”, Marx irá entender a realidade a partir de suas contradições. O homem comum, do povo, da fábrica, não é mais a pequena parte do todo, mas um agente histórico que vive em determinadas condições materiais e históricas. A sua vida não é determinada por um “progresso” da pátria, mas pelas condições efetivas da sociedade, ou seja, é a partir dos meios materiais que o indivíduo dá

sentido à sua experiência no tempo. Ou seja, Marx explica a gênese e as atribuições do Estado, ao invés de elegê-lo o centro do movimento histórico. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência, dirá Marx (2007, p. 94).

O seu método, o materialismo histórico-dialético, busca analisar a sociedade em suas relações sociais e de reprodução. Assim, como afirma Nildo Viana sobre o materialismo dialético, e em conformidade com a nossa interpretação, o método de Marx “parte de uma teoria da história das sociedades humanas, tomando como ponto de partida as relações sociais, o seu processo de constituição e reprodução” (2007, p. 107). Essa concepção confronta uma das principais correntes de pensamento da época, o idealismo alemão, que pretendia compreender a realidade apenas no campo das ideias e sob um determinismo histórico. Para Marx, o que está em questão não é apenas conceber o real por meio da razão, mas investigar suas nuances, as relações sociais, de produção, a luta de classes. Ou seja, não se trata mais de permanecer no ideal, no abstrato, mas de investigar as contradições reais da sociedade. E aqui evidenciamos como o pensamento de Marx rompe com a concepção de Michelet, que embora se preocupou com o Povo, se manteve ainda no determinismo histórico.

No livro “A Ideologia Alemã”, Marx tece algumas críticas quanto à história sob uma perspectiva idealista, que segundo o autor é fraca, pois ignora o real, o concreto, a produção das condições materiais de existência. Segundo o autor, o objetivo da História deve ser:

Essa concepção a história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentação em sua ação como Estado como explicado a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência — religião, filosofia, moral etc. etc. — e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos) (MARX, 2007, p. 42).

Se já está claro a diferença entre a concepção de história de Marx e de Michelet, precisamos discutir também o contexto social e histórico de sua produção intelectual. Como já mencionado anteriormente, a Revolução Industrial foi um fenômeno muito importante do século XVIII e suas consequências podem ser sentidas até hoje. No entanto, para análise de nossa problemática, situamos duas consequências, naquela época, que influenciaram a

produção de Marx: a consolidação do capitalismo e o desenvolvimento das classes de proletariado e burguesia. Os burgueses não surgem com a Revolução Industrial, pois seu desenvolvimento pode ser acompanhado desde a baixa idade média, mas é no século XVIII que a burguesia se consolida como classe dominante.

O principal fator que contribuiu para a sua consolidação foi a mudança nas relações de trabalho e produção provocada pela industrialização. Com o surgimento da máquina e a mecanização do trabalho, o trabalhador não controla mais os estágios de produção, nem mesmo possui os meios de produção. Anteriormente, com o trabalho manufatureiro, era o trabalhador que detinha os meios necessários para a realização do trabalho e também quem controlava os estágios, pois o ofício exigia saber especializado de manuseio e cuidado. Com as máquinas o processo se altera, e agora a única coisa que o trabalhador detém é a sua força de trabalho, a qual precisa vender para sobreviver. E é nesse contexto que se insere as reflexões de Marx e Michelet, em plena industrialização da Europa.

Podemos identificar, após essa breve contextualização histórica, a relação entre o pensamento desses dois autores e o cenário cultural e social da Europa do século XIX. É claro que esses dois autores não foram os únicos a analisar a sociedade do seu contexto. Muitos economistas e filósofos, como se sabe, refletiam sobre alguns problemas que estavam sendo postos naquele momento. E destacamos aqui a contribuição de Marx, pois suas análises buscavam ir além das tradicionais reflexões sobre economia, filosofia e história. Marx problematiza e adquire uma postura crítica em relação a alguns contemporâneos como o próprio Feuerbach, e propõe um novo método de análise da sociedade: o materialismo histórico-dialético.

Em uma carta a Joseph Bloch, de 1890, Engels esclarece de modo categórico a concepção materialista da história, e em parte como resposta aos críticos que insistiam em dizer que materialismo histórico-dialético defendia um determinismo econômico.

De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante final na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infraestrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura [...] também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma. Há uma interação entre todos estes vetores entre os quais há um sem número de acidentes [...] mas que o movimento

econômico se assenta finalmente como necessário (ENGELS, 1978, p. 760).

Não há que se falar, ao contrário de Michelet, em determinismo histórico em Marx. Embora a carta esclareça bem o propósito do materialismo histórico, ainda hoje essa polêmica ganha força entre os críticos de Marx. Seja porque o autor ainda é alvo de ataques, seja pela mal leitura de seus escritos. Mas, voltando ao texto, podemos perceber que o econômico não é o único fator importante. Pelo contrário, há uma interação entre os diversos fatores da sociedade, que Marx chama de superestrutura, com o econômico, sendo este o de maior importância para o materialismo histórico. A complexidade do seu pensamento mostra como aqui há uma teoria e concepção robusta da história, não entendida mais como uma marcha, uma evolução, um sentido imanente à história, mas sim a passagem de uma estrutura econômica e social para uma nova estrutura (BOURDÉ, 2021, p. 251).

Já conseguimos identificar as diferenças entre esses dois autores. Em relação à história, à sociedade e ao trabalho, Marx entende o Povo, a massa, o trabalhador sob uma nova lente. Mesmo que os conceitos de “povo” e “massa” sejam demasiado vagos, os utilizamos para não perder a referência ao texto de Michelet. Com o conceito de “práxis”, Marx consegue resolver o problema que aparece em Michelet de separação entre os “seres pensantes” e os “seres de ação”, pois práxis consegue articular tanto ação quanto consciência, reflexão. Ou seja, mesmo que existam indivíduos alienados pelo sistema capitalista, o trabalhador consegue atingir uma consciência da exploração capitalista por meio da reflexão. Assim, Marx supera e avança na interpretação de Michelet, pois não só passa a entender o Povo como participante da história, mas como seres dotados de consciência e reflexão crítica.

Do mesmo modo, Marx também pensou a educação como um meio de contribuir para uma consciência emancipadora. E, mais uma vez, se afasta de Michelet, pois para Marx “o Governo e a Igreja devem antes ser excluídos de qualquer influência sobre a escola” (2012, p. 43). Se para Michelet a crença é importante, para Marx ela já não tem tanta importância assim, pois as instituições são instituições burguesas e atrapalham o ser humano a se desenvolver plenamente e tomar consciência das contradições reais. Enquanto Michelet é aquele que acende as velas da Igreja e faz a sua oração cotidiana, Marx é aquele que já não respeita as palavras de fé, pois percebeu que a Igreja é uma instituição histórica, e não só

contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo, como também é responsável por manter o ser humano em sua condição alienada.

Na fronteira entre esses dois pensadores, há mais diferenças que semelhanças. Embora contemporâneos, é importante destacar que os filósofos não chegaram a se conhecer. Um era da França e o outro da Alemanha. No entanto, não podemos reduzir esses dois pensadores aos termos de “conservador” ou “inovador”, pois isso pode diminuir a obra de um e elevar a obra de outro. Michelet buscou avançar as interpretações sobre o Povo e se esforçou em produzir um pensamento inovador, mas acabou caindo na armadilha que ele mesmo procurou contornar. Marx procurou desviar do pensamento clássico e hegeliano e produziu uma nova dialética capaz de explicar a sociedade em novos termos.

Sendo ambos do mesmo tempo histórico, o século XIX, como é possível o pensamento de um se distanciar radicalmente do outro? Pelo simples motivo de que a temporalidade histórica não é homogênea. Afirmar isso significa romper com a ideia de um tempo como identidade, como o espelho de uma época. As condições históricas, sociais e culturais de uma época permitem o desenvolvimento de diversas concepções sobre um mesmo tema. Isso explica o porquê de Marx romper com o determinismo histórico e Michelet seguir a concepção de um “progresso” da história. A história, na medida em que se ocupa dos discursos e suas condições de aparição, não se pergunta apenas sobre o que se falou em uma determinada época, mas investiga as condições que possibilitaram um discurso emergir. O século XIX, tornando possível a vida e o trabalho como um campo específico do saber, permitiu enunciados como os de Michelet e Marx.

Por isso, o que mais nos interessa no estudo desses dois autores é entender as possibilidades do conhecimento. Tanto Michelet quanto Marx analisam as mesmas circunstâncias, podemos dizer, a sociedade em vias de industrialização, a exploração do Povo na fábrica, a educação das crianças e jovens, a religião, o Estado. Afirmar que um é “conservador” e o outro “inovador” é reduzir o problema a termos simplórios. O que cabe a nós, isso sim, é entender os dispositivos daquela sociedade, os mecanismos em que a sociedade está estruturada e como isso possibilita o saber sobre a vida, o trabalho e a história.

Considerações finais

O nosso objetivo aqui, ao analisar o pensamento de Michelet e Marx, não foi estabelecer uma ruptura entre um e outro. Pelo contrário, nos situamos na fronteira entre

esses dois pensadores. A nossa preocupação foi demonstrar que, sendo ambos do século XIX, produziram uma interpretação diferente da realidade. O primeiro entendia a história em termos de “progresso” e de “harmonia”; o segundo, no entanto, seguiu por uma via diferente e avaliou a sociedade em termos de “contradição” e “luta de classes”.

A relação entre os dois elucidada o problema do tempo histórico como identidade. Percebemos que, sendo ambos do mesmo século e contexto, a Europa do século XIX, produziram visões divergentes entre si sobre o mesmo tema. Marx não foi só aquele que atacou o pensamento clássico e avançou as interpretações em torno da sociedade capitalista, mas também quem abriu uma fenda no saber do século XIX. Foi ele que, através do materialismo histórico-dialético, abriu o saber a uma nova condição de possibilidade: a compreensão e superação do modo de produção capitalista.

Michelet, embora introduziu o Povo na história e recusou as narrativas que atribuíam importância aos reis, rainhas e grandes nomes, se manteve no problema de atribuir ao povo um lugar, um espaço, os “homens de instinto” e a “parte do todo”. Por isso tratá-lo como “conservador”, somente, não ajuda a responder o problema que traçamos aqui. Mais do que “conservador” ou “inovador”, os intelectuais pertencem a um tempo histórico e dão sentido a esse tempo. O que podemos fazer, isso sim, é investigar as condições em que um saber pôde emergir e, sobretudo, porque puderam divergir entre si e disputar espaços dentro de uma mesma sociedade.

Referências

BOURDÉ, Guy. O marxismo e a história. In: BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé (org.). *As escolas históricas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

ENGELS, Friedrich. Carta a Joseph Bloch. [1890]. In: TUCKER, Robert C. (org.) *The Marx-Engels reader*. 2 ed. New York: W. W. Norton & Company, 1978.

MARTIN, Hervé. Michelet e a apreensão “total” do passado. In: BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé (org.). *As escolas históricas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. *A ideologia Alemã*. Tradução Luciano Cavini Martorano; Nélio Schneider; Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo, 2007.

MARX, Karl. Carta a Annenkov. In: *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 2, p. 232-240, ago, 2017.

MARX, Karl. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Global Editora, 1981.

MICHELET, Jules. *O povo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa: da queda da Bastilha à festa da federação*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

MICHELET, Jules. *Histoire de France*. Paris: Hetzel, 1869.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Jules Michelet. In: MALERBA, Jurandir. *Lições de história: o caminho da ciência ao longo do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

VIANA, Nildo. *Escritos metodológicos de Marx*. Goiânia: Alternativa, 2007.